

STJ00119405

CASSIO **SCARPINELLA** BUENO

Manual de
Direito
PROCESSUAL
CIVIL

10ª edição
Atualizada, revisada e ampliada
2024

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva **jur**

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

B794m Bueno, Cassio Scarpinella
Manual de Direito Processual Civil / Cassio Scarpinella Bueno. – 10.ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2024.
1.056 p.
ISBN: 978-85-5362-007-4 (impresso)
1. Direito. 2. Direito processual civil. I. Título.
CDD 341.46
2023-3094 CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 341.46
2. Direito processual civil 347.9

Data de fechamento da edição: 16-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA CL CAE

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadó
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Deborah Caetano de Freitas Viadana
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Karina Lourenço Kempter Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Claudirene de Moura S. Silva
Revisão	Carolina Mihoko Massanhi
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Ricargraf

Sumário

<i>Abreviaturas e Siglas</i>	IX
<i>Prólogo</i>	XI
<i>Nota à 10ª edição</i>	XV
<i>Nota à 9ª edição</i>	XVII
<i>Nota à 8ª edição</i>	XIX
<i>Nota à 7ª edição</i>	XXI
<i>Nota à 6ª edição</i>	XXIV
<i>Nota à 5ª edição</i>	XXVI
<i>Nota à 4ª edição</i>	XXVIII
<i>Nota à 3ª edição</i>	XXX
<i>Nota prévia à 2ª edição</i>	XXXIII

Capítulo 1

Considerações Propedêuticas	1
1. O objeto do direito processual civil ou o que estuda o direito processual civil? ..	1
2. O modelo constitucional do direito processual civil	3
2.1 Princípios constitucionais do direito processual civil	6
2.1.1 Acesso à justiça	6
2.1.2 Devido processo legal (devido processo constitucional)	7
2.1.3 Contraditório (cooperação)	9
2.1.4 Ampla defesa	10
2.1.5 Juiz natural	10
2.1.6 Imparcialidade	11
2.1.7 Duplo grau de jurisdição	11
2.1.8 Colegialidade nos Tribunais	12
2.1.9 Reserva do Plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo	13
2.1.10 Isonomia	13
2.1.11 Publicidade	14
2.1.12 Motivação	15

2.1.13 Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos	15
2.1.14 Assistência jurídica integral e gratuita	16
2.1.15 Duração razoável do processo (eficiência processual).....	16
2.1.16 Efetividade do processo (efetividade do direito pelo e no processo).....	17
2.1.17 Princípios-síntese	18
2.2 Organização judiciária	18
2.3 Funções essenciais à Justiça	21
2.3.1 Magistratura	22
2.3.2 Ministério Público	22
2.3.3 Advocacia.....	24
2.3.4 Defensoria Pública.....	26
2.4 Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados.....	27
2.5 Normas de concretização do direito processual civil	28
2.6 Reflexão.....	30
3. Institutos fundamentais do direito processual civil.....	32
3.1 Jurisdição.....	34
3.2 Ação	35
3.3 Processo.....	39
3.4 Defesa.....	42
4. O neoconcretismo.....	44
4.1 Tutela jurisdicional.....	47
4.1.1 Cognição jurisdicional.....	48
5. Convite.....	49
Resumo do Capítulo 1.....	50
Leituras Complementares (Capítulo 1).....	56
 Capítulo 2	
Normas Processuais Cíveis.....	62
1. Para começar.....	62
2. Normas fundamentais do processo civil	62
2.1 O modelo constitucional do direito processual civil.....	63
2.2 O princípio da inércia da jurisdição.....	65
2.3 Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos.....	66
2.4 Princípio da eficiência processual.....	67

2.5	A boa-fé objetiva	68
2.6	Princípio da cooperação (modelo cooperativo de processo)	70
2.7	Princípio da isonomia (paridade de armas)	72
2.8	Hermenêutica do direito processual civil.....	73
2.9	Princípio do contraditório.....	74
2.10	Ainda e mais o contraditório: vedação das decisões-surpresa	75
2.11	Princípios da publicidade e da fundamentação	76
2.12	Ordem cronológica de conclusão	77
3.	Aplicação das normas processuais	79
	Resumo do Capítulo 2	83
	Leituras Complementares (Capítulo 2).....	87
Capítulo 3		
	Função Jurisdicional	98
1.	Para começar.....	98
2.	Jurisdição	98
3.	Ação.....	100
3.1	Legitimação extraordinária.....	104
3.2	Ainda sobre o interesse de agir.....	104
4.	Limites da jurisdição nacional	105
5.	Cooperação internacional.....	107
5.1	Disposições gerais.....	108
5.2	Auxílio direto.....	108
5.3	Carta rogatória	110
5.4	Disposições comuns.....	111
6.	Competência	112
6.1	Disposições gerais	112
6.2	Modificação da competência.....	118
6.3	Incompetência	120
7.	Cooperação nacional.....	122
	Resumo do Capítulo 3	124
	Leituras Complementares (Capítulo 3).....	127
Capítulo 4		
	Sujeitos do Processo.....	132

1.	Para começar.....	132
2.	Partes e procuradores.....	132
2.1	Capacidade de estar em juízo e capacidade processual (legitimação processual).....	133
2.2	Deveres.....	137
2.3	Responsabilidade das partes por dano processual	139
2.4	Despesas, honorários advocatícios e multas	140
2.5	Gratuidade da Justiça.....	150
2.6	Dos procuradores (advocacia privada)	153
2.7	Sucessão das partes e dos procuradores	155
3.	Litisconsórcio.....	156
3.1	Regime do litisconsórcio	160
4.	Intervenção de terceiros	162
4.1	Assistência	164
4.1.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial	165
4.1.2	Atuação do assistente.....	166
4.1.3	Justiça da decisão (eficácia da intervenção).....	167
4.2	Denúnciação da lide.....	168
4.2.1	Posição do denunciado.....	170
4.2.2	Julgamento da denúnciação e verbas de sucumbência	173
4.3	Chamamento ao processo	174
4.3.1	Sentença de procedência	174
4.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	175
4.5	<i>Amicus curiae</i>	178
5.	Juiz e auxiliares da Justiça	182
5.1	Deveres-poderes e responsabilidade do juiz	182
5.2	Impedimento e suspeição.....	188
5.3	Auxiliares da Justiça.....	191
5.3.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	191
5.3.2	Perito.....	193
5.3.3	Depositário e administrador	194
5.3.4	Intérprete e tradutor.....	194
5.3.5	Conciliadores e mediadores judiciais	195
6.	Ministério Público.....	199

7. Advocacia pública	201
8. Defensoria Pública	203
Resumo do Capítulo 4	205
Leituras Complementares (Capítulo 4)	216

Capítulo 5

Atos Processuais	230
1. Para começar	230
2. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	230
3. Forma dos atos processuais	230
3.1 Prática eletrônica de atos processuais	232
3.2 Atos das partes	234
3.3 Pronunciamentos do juiz	235
3.4 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	237
3.5 Negócios processuais	238
3.6 Calendário processual	243
4. Tempo dos atos processuais	245
5. Lugar dos atos processuais	246
6. Prazos	246
6.1 Contagem e fluência	248
6.2 Verificação e penalidades	252
7. Comunicação dos atos processuais	252
7.1 Citação	254
7.1.1 Modalidades de citação	256
7.2 Cartas	262
7.3 Intimações	264
8. Nulidades	265
9. Distribuição e registro	270
10. Valor da causa	272
Resumo do Capítulo 5	274
Leituras Complementares (Capítulo 5)	279

Capítulo 6

Tutela Provisória	286
1. Para começar	286

2.	Nomenclatura empregada.....	286
3.	Tutela provisória e suas espécies.....	287
4.	Disposições gerais.....	290
4.1	Competência.....	291
4.2	Dever de motivação.....	291
4.3	Duração da tutela provisória.....	292
4.4	Dever-poder geral de asseguramento (cautela) e de satisfação (antecipação).....	293
4.5	Tutela provisória requerida em caráter incidental.....	294
4.6	Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória.....	295
5.	Tutela de urgência.....	295
5.1	Pressupostos.....	295
5.2	Caução.....	296
5.3	Concessão liminar ou mediante audiência de justificação.....	296
5.4	Quando houver irreversibilidade.....	297
5.5	Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	297
5.6	Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência.....	298
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	299
6.1	Petição inicial.....	300
6.2	Se concedida a tutela antecipada antecedente.....	301
6.3	Se não concedida a tutela antecipada antecedente.....	303
6.4	Se não houver aditamento da petição inicial.....	303
6.5	Estabilização da tutela provisória.....	304
6.5.1	Dinâmica da estabilização.....	306
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	308
7.1	Citação do réu e suas atitudes.....	309
7.2	Apresentação do pedido principal.....	310
7.3	Duração.....	311
7.4	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal.....	312
8.	Tutela da evidência.....	312
9.	Restrições à tutela provisória.....	317
	Resumo do Capítulo 6.....	322
	Leituras Complementares (Capítulo 6).....	325

Capítulo 7

Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....	334
1. Para começar.....	334
2. Formação do processo.....	334
3. Suspensão do processo.....	337
3.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.....	338
3.2 Convenção das partes.....	339
3.3 Arguição de impedimento ou suspeição.....	339
3.4 Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	340
3.5 Relações externas com a decisão de mérito.....	340
3.5.1 Relação entre processos civil e penal.....	341
3.6 Força maior.....	341
3.7 Tribunal marítimo.....	342
3.8 Outros casos previstos no CPC.....	343
3.9 Parto ou concessão de adoção.....	343
3.10 Advogado que se tornar pai.....	345
4. Extinção do processo.....	346
4.1 Extinção do processo e prévio saneamento.....	348
Resumo do Capítulo 7.....	349
Leituras Complementares (Capítulo 7).....	351

Capítulo 8

Fase Postulatória.....	352
1. Para começar.....	352
2. Petição inicial.....	353
2.1 O juízo a que é dirigida.....	353
2.2 Qualificação das partes.....	353
2.3 O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	354
2.4 O pedido com as suas especificações.....	354
2.5 O valor da causa.....	356
2.6 As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	357
2.7 A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	358

2.8	Outras exigências.....	358
3.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	359
3.1	Juízo de admissibilidade positivo	360
3.2	Juízo de admissibilidade neutro	360
3.3	Juízo de admissibilidade negativo	361
3.3.1	Indeferimento da petição inicial	361
3.3.2	Improcedência liminar do pedido.....	364
4.	Audiência de conciliação ou de mediação	365
4.1	Não realização.....	368
4.2	Dinâmica	370
5.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu.....	371
5.1	Contestação	372
5.1.1	Prazo.....	373
5.1.2	Preliminares	374
5.1.2.1	Inexistência ou nulidade da citação	375
5.1.2.2	Incompetência absoluta e relativa	375
5.1.2.3	Incorreção do valor da causa	377
5.1.2.4	Inépcia da petição inicial.....	377
5.1.2.5	Perempção.....	378
5.1.2.6	Litispendência e coisa julgada.....	378
5.1.2.7	Conexão.....	379
5.1.2.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	379
5.1.2.9	Convenção de arbitragem.....	380
5.1.2.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual...	381
5.1.2.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	382
5.1.2.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.....	382
5.1.3	Defesas de mérito	383
5.2	Reconvenção.....	385
5.3	Revelia.....	386
5.4	Outros comportamentos do réu	386
	Resumo do Capítulo 8.....	388
	Leituras Complementares (Capítulo 8).....	392

Capítulo 9

Fase Ordinatória	396
1. Para começar	396
2. Providências preliminares	397
3. Julgamento conforme o estado do processo	398
3.1 Extinção do processo	398
3.1.1 Extinção sem resolução de mérito	399
3.1.2 Extinção com resolução de mérito	399
3.1.3 Extinção parcial	400
3.2 Julgamento antecipado do mérito	401
3.3 Julgamento antecipado parcial do mérito	403
3.4 Saneamento e organização do processo	407
3.4.1 Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e organi- zação	408
3.4.2 Delimitação consensual das questões de fato e de direito	409
3.4.3 Audiência de saneamento (saneamento cooperativo)	410
3.4.4 Prova testemunhal	411
3.4.5 Prova pericial	412
Resumo do Capítulo 9	413
Leituras Complementares (Capítulo 9)	415

Capítulo 10

Fase Instrutória	418
1. Para começar	418
2. Audiência de instrução e julgamento	418
2.1 Abertura e adiamento da audiência	420
2.2 Instrução e debates	421
2.3 Julgamento	423
3. Direito probatório	424
3.1 Disposições gerais	425
3.2 Princípios	425
3.3 Ônus da prova	427
3.4 Objeto da prova	429
3.5 Dinâmica da prova	429

4.	Produção antecipada da prova.....	430
5.	Ata notarial	433
6.	Depoimento pessoal	434
6.1	Produção do depoimento	434
7.	Confissão	435
7.1	Espécies e regime jurídico	436
8.	Exibição de documento ou coisa.....	437
8.1	Exibição requerida em face da parte contrária	438
8.2	Exibição requerida em face de terceiro	440
8.3	Exibição determinada de ofício	441
9.	Prova documental	441
9.1	Força probante dos documentos	441
9.2	Arguição de falsidade	444
9.3	Produção da prova documental.....	445
10.	Documentos eletrônicos.....	446
11.	Prova testemunhal.....	447
11.1	Admissibilidade e valor da prova testemunhal	447
11.2	Produção da prova testemunhal	449
12.	Prova pericial	451
12.1	Perito, assistentes técnicos e atos preparatórios da perícia	452
12.2	Produção da prova pericial.....	454
12.3	Avaliação da perícia.....	455
12.4	Perícia consensual.....	455
13.	Inspeção judicial	456
	Resumo do Capítulo 10	458
	Leituras Complementares (Capítulo 10).....	462

Capítulo 11

	Fase Decisória	472
1.	Para começar.....	472
2.	Sentença.....	473
2.1	Sentenças terminativas.....	474
2.1.1	Indeferimento da petição inicial	474
2.1.2	Paralisação e abandono do processo	474

2.1.3	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade. Presença de pressupostos processuais negativos	475
2.1.4	Irregularidade no exercício do direito de ação	475
2.1.5	Desistência	476
2.1.6	Intransmissibilidade do direito	477
2.1.7	Outros casos.....	477
2.1.8	Atuação oficiosa do juiz.....	478
2.1.9	Peculiaridade recursal.....	479
2.1.10	Repropositura da demanda.....	480
2.2	Sentenças definitivas	480
2.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	480
2.2.2	Decadência ou prescrição	481
2.2.3	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos.....	482
2.2.4	Possibilidade de julgamento de mérito	482
2.3	Elementos da sentença. Dever de fundamentação	483
2.4	Vinculação da sentença ao(s) pedido(s).....	485
2.5	Fatos novos.....	486
2.6	Princípio da invariabilidade da sentença	486
3.	Hipoteca judiciária	487
4.	Remessa necessária.....	488
5.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	490
5.1	Prestações de fazer ou não fazer	490
5.2	Prestações de entrega de coisa.....	491
5.3	Conversão em perdas e danos	491
6.	Sentença e emissão de declaração de vontade.....	492
7.	Coisa julgada.....	492
7.1	Coisa julgada formal e coisa julgada material. Coisa julgada com eficácia interna e com eficácia externa	494
7.2	Limites objetivos.....	496
7.2.1	Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da “ação declaratória incidental”	497
7.3	Limites subjetivos	499
7.4	Limites temporais	500
7.5	Preclusão	501

Resumo do Capítulo 11	503
Leituras Complementares (Capítulo 11)	506
Capítulo 12	
Liquidação	516
1. Para começar	516
2. Liquidação parcial	519
3. Limites cognitivos da liquidação	519
4. Liquidação por arbitramento	519
5. Liquidação pelo procedimento comum	521
6. Quando se tratar de cálculos aritméticos	521
7. Liquidação provisória	522
Resumo do Capítulo 12	523
Leituras Complementares (Capítulo 12)	525
Capítulo 13	
Cumprimento de Sentença	526
1. Para começar	526
2. Disposições gerais	529
2.1 Iniciativa do exequente. Intimação da parte contrária	529
2.2 Títulos executivos judiciais	532
2.2.1 Decisão que reconhece exigibilidade obrigacional	533
2.2.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial	533
2.2.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	534
2.2.4 Formal e certidão de partilha	534
2.2.5 Crédito de auxiliar da Justiça	535
2.2.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado	535
2.2.7 Sentença arbitral	536
2.2.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	536
2.2.9 Citação para início da etapa de cumprimento	537
2.3 Competência	537
2.4 Protesto da decisão transitada em julgado. Negativação do executado ...	538
3. Cumprimento provisório	539
3.1 Conceito e espécies	540
3.2 Regime do cumprimento provisório	541

3.2.1	Impugnação	542
3.2.2	Incidência de multa no caso de não pagamento.....	543
3.2.3	Honorários de advogado.....	543
3.2.4	Retorno ao estado anterior.....	544
3.2.5	Execução provisória e título executivo extrajudicial.....	545
3.3	Dispensa da caução	546
3.3.1	Manutenção da caução	547
3.3.2	Prestação da caução.....	548
3.4	Documentação para o cumprimento provisório	548
3.4.1	Momento de formulação do requerimento.....	550
3.5	Outras modalidades obrigacionais	550
4.	Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	550
4.1	Fluência do prazo para pagamento	553
4.2	O requerimento para início da etapa de cumprimento. Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	554
4.3	Impugnação.....	556
4.3.1	Matérias arguíveis na impugnação	556
4.3.1.1	Falta ou nulidade da citação	556
4.3.1.2	Ilegitimidade de parte.....	557
4.3.1.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	557
4.3.1.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea	559
4.3.1.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	559
4.3.1.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	560
4.3.1.7	Causas modificativas ou extintivas da obrigação.....	560
4.3.2	Suspeição e impedimento	561
4.3.3	Efeito suspensivo.....	561
4.3.4	Procedimento da impugnação	563
4.3.5	Manifestações do executado após a impugnação. Exceções e objeções de pré-executividade	564
4.4	Iniciativa do réu.....	565
4.5	Atipicidade dos meios executivos.....	565

5.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	566
5.1	● outras técnicas executivas	569
5.2	Tipos de alimentos tutelados.....	570
5.3	Constituição de capital.....	571
6.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	572
6.1	Impugnação.....	574
6.1.1	Efeito suspensivo.....	575
6.2	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	576
7.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	578
7.1	Cumprimento da sentença em se tratando de obrigações de fazer ou de não fazer	578
7.1.1	Tutela específica e resultado prático equivalente	579
7.1.2	Técnicas executivas	580
7.1.2.1	Especialmente a multa.....	582
7.2	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	584
	Resumo do Capítulo 13.....	587
	Leituras Complementares (Capítulo 13).....	592

Capítulo 14

	Procedimentos Especiais.....	598
1.	Para começar.....	598
1.1	Um tema com variações	599
1.2	Primeira visão dos procedimentos especiais	601
1.3	A nomenclatura empregada	602
2.	Ação de consignação em pagamento	603
3.	Ação de exigir contas	604
4.	Ações possessórias.....	606
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	609
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	612
7.	Inventário e partilha.....	614
8.	Embargos de terceiro.....	619

9. Oposição.....	622
10. Habilitação.....	623
11. Ações de família.....	623
12. Ação monitória.....	626
13. Homologação do penhor legal.....	628
14. Regulação de avaria grossa	629
15. Restauração de autos.....	630
16. Jurisdição voluntária	631
16.1 Disposições gerais.....	632
16.2 Notificação e interpelação	633
16.3 Alienação judicial.....	634
16.4 Divórcio e separação consensuais, a extinção consensual de união estável e a alteração do regime de bens do matrimônio	634
16.5 Testamentos e codicilos.....	636
16.6 Herança jacente	637
16.7 Bens dos ausentes	637
16.8 Coisas vagas.....	638
16.9 Interdição	638
16.10 Disposições comuns à tutela e à curatela	642
16.11 Organização e fiscalização das fundações	643
16.12 Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	643
Resumo do Capítulo 14.....	645
Leituras Complementares (Capítulo 14).....	650
 Capítulo 15	
Processo de Execução	656
1. Para começar.....	656
2. Disposições gerais da execução	657
2.1 Partes.....	659
2.2 Competência.....	662
2.3 Título executivo.....	662
2.3.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	664

2.3.2	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	664
2.3.3	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	664
2.3.4	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	665
2.3.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	665
2.3.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	666
2.3.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio	666
2.3.8	Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	666
2.3.9	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	667
2.3.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício	667
2.3.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	668
2.3.12	Contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores.....	668
2.3.13	Demais títulos aos quais a lei atribuir força executiva	669
2.3.14	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros.....	669
2.3.15	Título executivo e “processo de conhecimento”	670
2.4	Responsabilidade patrimonial	671
2.5	Fraude à execução	672
3.	Diversas espécies de execução	674
3.1	Petição inicial.....	675
3.2	Execução para entrega de coisa	677
3.2.1	Coisa certa.....	677
3.2.2	Coisa incerta.....	680
3.3	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer.....	680
3.3.1	Obrigações de fazer	681

3.3.2	Obrigações de não fazer.....	682
3.4	Execução por quantia certa	683
3.4.1	Citação e arresto.....	683
3.4.2	Certidão comprobatória da admissão da execução	685
3.4.3	Penhora, depósito e avaliação	686
3.4.3.1	Documentação da penhora, registro e depósito	687
3.4.3.2	Lugar da realização da penhora	690
3.4.3.3	Modificações da penhora.....	690
3.4.3.4	Modalidades de penhora	692
3.4.3.4.1	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	692
3.4.3.4.2	Penhora de créditos.....	693
3.4.3.4.3	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	693
3.4.3.4.4	Penhora de empresa, de outros estabeleci- mentos e de semoventes	694
3.4.3.4.5	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	695
3.4.3.4.6	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	696
3.4.3.5	Avaliação	698
3.4.4	Expropriação	699
3.4.4.1	Adjudicação	699
3.4.4.2	Alienação.....	701
3.4.4.2.1	Alienação por iniciativa particular	701
3.4.4.2.2	Alienação em leilão judicial	702
3.4.5	Satisfação do crédito.....	710
3.4.5.1	Levantamento pelo exequente	710
3.4.5.2	Concurso singular de credores	711
3.4.6	Execução contra a Fazenda Pública	712
3.4.7	Execução de alimentos	715
4.	Embargos à execução	717
4.1	Prazo	718
4.2	Fundamentos	718
4.3	Rejeição liminar	721
4.4	Efeito suspensivo	721

4.5	Procedimento e julgamento.....	722
4.6	Moratória.....	723
5.	Suspensão e extinção do processo de execução	724
5.1	Suspensão.....	724
5.2	Extinção.....	726
	Resumo do Capítulo 15.....	728
	Leituras Complementares (Capítulo 15).....	735

Capítulo 16

	Processos nos Tribunais.....	744
1.	Para começar.....	744
2.	Disposições gerais	745
2.1	Direito jurisprudencial.....	752
2.2	Julgamento de casos repetitivos	760
3.	Ordem dos processos nos Tribunais	761
3.1	Deveres-poderes do relator	762
3.2	Preparativos para o julgamento.....	764
3.3	Sustentação oral.....	765
3.4	Dinâmica e documentação dos julgamentos.....	766
3.5	Prolongamento do julgamento nos casos de julgamento por maioria ..	768
4.	Incidente de assunção de competência.....	771
4.1	Pressupostos e finalidade	771
4.2	Competência.....	772
4.3	Legitimidade e instauração.....	772
4.4	Julgamento e suas consequências.....	772
4.5	Revisão da tese.....	774
4.6	Recursos	774
5.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	774
5.1	Dispensa	775
5.2	Instrução	775
5.3	Julgamento e consequências.....	776
6.	Conflito de competência	777
6.1	Instauração e legitimidade	777
6.2	Contraditório e instrução.....	778

6.3	Atitudes do relator	778
6.4	Julgamento colegiado e consequências	778
7.	Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>	779
7.1	Abrangência	779
7.2	Homologação de medidas de urgência	780
7.3	Elementos para a homologação	781
7.4	Procedimento	782
7.5	Cumprimento	783
8.	Ação rescisória	783
8.1	Hipóteses de cabimento	784
8.1.1	A “ação anulatória”	787
8.2	Legitimidade	788
8.3	Petição inicial	789
8.4	Tutela provisória	791
8.5	Procedimento	791
8.6	Julgamento	792
8.7	Prazo	792
9.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	794
9.1	Feição e pressupostos de admissibilidade	795
9.2	Legitimados	796
9.3	Ofício ou petição de instauração	797
9.4	Admissibilidade	798
9.5	Atitudes do relator	799
9.5.1	Suspensão dos processos	800
9.5.1.1	Especialmente a suspensão requerida ao STJ ou ao STF	801
9.5.2	Instrução	803
9.6	Julgamento	804
9.6.1	Abrangência	805
9.6.2	Consequências	807
9.6.3	Divulgação	808
9.6.4	Prazo	809
9.7	Revisão da tese	810
9.8	Recurso extraordinário e recurso especial	811

10.	Reclamação	814
10.1	Natureza jurídica	814
10.2	Hipóteses de cabimento	815
10.3	Competência, legitimidade e petição inicial	818
10.4	Atitudes do relator e procedimento	818
10.5	Julgamento e suas consequências	819
	Resumo do Capítulo 16	820
	Leituras Complementares (Capítulo 16)	831
 Capítulo 17		
	Recursos	858
1.	Para começar	858
2.	Elementos de uma teoria geral dos recursos	858
2.1	Definição	858
2.2	Classificação	859
2.3	Princípios	860
2.4	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	864
2.5	Efeitos	865
3.	Disposições gerais	866
3.1	Cabimento	866
3.2	Eficácia imediata e efeito suspensivo	868
3.3	Legitimidade	870
3.4	Recurso adesivo	870
3.5	Atos dispositivos relativos ao recurso	871
3.6	Tempestividade	872
3.7	Recurso de litisconsorte	873
3.8	Preparo	874
3.9	Efeito substitutivo	875
3.10	Baixa de autos	876
4.	Apelação	876
4.1	Petição de interposição	877
4.1.1	Questões novas	879
4.2	Efeito suspensivo	879
4.2.1	Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	880

4.3	Efeito devolutivo e translativo	881
4.4	No Tribunal	884
5.	Agravo de instrumento.....	884
5.1	Petição de interposição	888
5.1.1	Formação do instrumento	889
5.2	Apresentação na primeira instância.....	890
5.3	No Tribunal	891
6.	Agravo interno	892
6.1	Petição de interposição	892
6.2	Julgamento	893
7.	Embargos de declaração	894
7.1	Prazo	895
7.2	Processamento	896
7.3	Efeito suspensivo	897
7.4	Julgamento	897
7.5	Efeito modificativo.....	899
7.6	Multa.....	899
7.7	Embargos de declaração e prequestionamento	900
8.	Recurso ordinário.....	902
8.1	Aplicação da disciplina da apelação e do agravo de instrumento	903
9.	Recurso extraordinário e recurso especial	906
9.1	Petição de interposição	909
9.2	Efeito suspensivo	911
9.3	Demonstração da repercussão geral.....	912
9.4	Contrarrazões	915
9.5	Interposição simultânea	917
9.6	Reenvio.....	917
9.7	Julgamento	918
9.8	Recursos extraordinário e especial repetitivos	920
9.8.1	Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção	921
9.8.2	Suspensão dos processos determinada pelo TJ ou TRF	922
9.8.3	Decisão de afetação.....	923
9.8.4	Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores.....	924

9.8.4.1	Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva.....	926
9.8.5	Preparação para julgamento.....	926
9.8.6	Julgamento e consequências.....	927
9.8.6.1	No STF e no STJ.....	928
9.8.6.2	Nos TJs, nos TRFs e na primeira instância.....	928
9.8.7	Manutenção do acórdão recorrido.....	932
9.8.8	Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem...	932
10.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	933
11.	Embargos de divergência.....	935
11.1	Demonstração da divergência.....	937
11.2	Processamento.....	938
	Resumo do Capítulo 17.....	939
	Leituras Complementares (Capítulo 17).....	950
	<i>Epílogo</i>	966
	<i>Vocabulário de Direito Processual Civil</i>	968
	<i>Bibliografia</i>	986
	<i>Sites</i>	999